

Boaventura de Sousa Santos

É ainda muito cedo para proceder a uma análise detalhada e tanto quanto possível objectiva do complexo processo social e político, por que passou a sociedade portuguesa nos últimos quinze anos mesmo que, como é meu propósito, nos concentremos no período de 25 de Abril de 1974 a 25 de Abril de 1975. É cedo porque não está feita ainda investigação empírica necessária que nos permita, através de análises sectoriais e pormenorizadas, formular com segurança algumas hipóteses de trabalho sobre o perfil geral deste processo. É cedo sobretudo porque todos nós, cada um à sua maneira, somos hoje analistas de um período de que fomos envolvidamente activistas. Todos nós participámos activamente nos acontecimentos que depois se tomariam conhecidos como «revolução portuguesa de 1974», todos nós tomámos decisões políticas e pessoais à medida que o processo revolucionário se desenvolveu, fomos actores principais ou secundários de decisões importantes ou simplesmente mourejap1os nas acções miúdas e quotidianas de que são feitas as grandes acções revolucionárias. Alguns procuraram manter a mesma linha de intervenção ao longo de todo o processo, outros mudaram gradualmente, outros, dramaticamente. É, pois, possível que o analismo de hoje tente justificar, encobrir ou rejeitar, conforme os casos, o activismo de então. É acima de tudo provável que não resista à tentação e afinal ao desejo legítimo de falar de dentro do 25 de Abril para os nossos ouvidos de hoje, ou seja, de, através de Abril, falar retroactivamente do futuro.

Esta preocupação é necessária porque só uma sociologia dos discursos sobre o 25 de Abril nos pode ajudar a compreender porque já hoje há pelo menos dois 25 de Abril, uma fractura dramaticamente revelada nas recentes comemorações do décimo aniversário da revolução. O 25 de Abril não é, pois, um qualquer objecto de investigação científica, é ainda e sobretudo um objecto criado à nossa imagem e semelhança, um sujeito em forma de factos.

A crise do Estado português iniciou-se em 1969 sendo então fundamentalmente uma crise de legitimação e uma crise de hegemonia. Uma crise de legitimação, porque o sistema político falhou na tentativa de incorporar e absorver novas articulações de interesses sociais e políticos contraditórios emergentes das transformações económicas da década de 60 e das forças sociais em que se polarizaram. Mas também uma crise de hegemonia, na medida em que a burguesia industrial financeira, detentora da hegemonia económica, e a burguesia fundiária, a quem a guerra colonial uma renovada hegemonia ideológica, não souberam ou não puderam manter a coesão do bloco no poder para com base nele constituir um projecto e uma direcção políticas capazes de suscitar o consenso das classes subordinadas. Estas crises transformaram-se qualitativamente em 25 de Abril de 1974, criando-se então as condições para a emergência de uma crise revolucionária que veio a explodir socialmente entre Março e Novembro de 1975. Tratou-se de uma crise revolucionária porque a natureza de classe e a forma de poder do Estado passaram a ser o objecto das lutas sociais, tentando as várias políticas organizadas em presença assumir o controlo global do Estado e, portanto, o controlo das transformações na matriz do estado julgadas necessárias para consolidar os seus projectos políticos.

Desde 25 de Novembro de 1975 a crise de legitimação do Estado tem vindo a ser superada mas a crise de hegemonia tem-se mantido e apresenta alguns sistemas de cronicidade. Esta dicotomia aflora nos resultados das recentes sondagens à opinião pública em que uma adesão maciça ao 25 de Abril enquanto factor político global, se combina com uma rejeição quase dramática de tudo o que em termos sectoriais, sociais e políticos, foi conseguido com base nele ou a partir dele. A crise de hegemonia em que hoje se debate a sociedade portuguesa combina-se, como já antes de 1974, mas agora mais agudamente, com uma crise de administração pública que se revela pela incapacidade desta de dar execução efectiva aos interesses sociais legitimados pelo sistema jurídico-político. E de prever que se nenhuma destas crises for resolvida adequadamente nos próximos anos, a sua irresolução pode em si mesma dar origem a uma nova crise de legitimação do Estado. E essa será a linha de risco de sobrevivência da própria democracia do nosso país.

Centrarei a análise dos processos sociais políticos de 1974 e 1975 em duas questões fundamentais: as relações entre o movimento popular e o MFA a certa altura sloganizado na expressão «Aliança Povo-MFA»; a lógica das transformações jurídico-políticas do Estado

A respeito de qualquer destas questões mas sobretudo a respeito da primeira é importante recordar a precaução metodológica com que iniciei esta minha intervenção. É que, segundo as preferências ideológicas dos analistas, duas posições extremas têm sido tomadas no que respeita aos movimentos sociais que explodiram depois de Abril de 1974. Segundo uns, os movimentos sociais foram um movimento popular, genuíno, espontâneo e autónomo, um movimento que manteve intacta a sua lógica própria de desenvolvimento ao longo de todo o processo apesar das tentativas partidárias para o controlar. O movimento popular falhou porque, uma vez frustrada essa tentativa de controlo, as forças políticas organizadas e os aparelhos do Estado que elas controlavam tudo fizeram para asfixiar e bloquear as decisões e as actividades das organizações populares de base. Segundo outros, o movimento popular foi pouco mais do que a correia de transmissão das decisões dos comités centrais de várias organizações políticas partidárias, um movimento manipulado, instrumentalizado, se não mesmo criado *ab ovo* por essas forças políticas e para os objectivos políticos por que elas lutaram. Através do suposto movimento popular autónomo essas forças políticas procuraram contrabalançar as perdas antecipadas e depois concretizadas ao nível da legitimidade eleitoral que entretanto se foi constituindo ...

Penso que qualquer destas generalizações tem uma dose de verdade e talvez várias de falsidade, que a verdade está talvez entre elas ou acima delas, que qualquer delas cobre, parcialmente, experiências sociais e processos de mobilização e de participação populares, muito diferente e, finalmente, que para chegar a conclusões seguras neste domínio é necessário que muito mais investigação seja feita sobre cada uma dessas experiências e cada um desses processos. A minha hipótese de trabalho é a de que o movimento popular criado ou desencadeado depois do 25 de Abril constitui uma das características mais específicas da revolução portuguesa e que, mesmo tendo em conta todas as diferenças relevantes (ou seja, o período específico em que tiveram lugar, a área social em que intervieram, a região do país onde dominaram), a riqueza do movimento popular não pode ser reduzida a

estratégias partidárias ou mesmo à decisão do MFA de promover ou aceitar a certa altura os termos da «aliança Povo-MFA».

O desenvolvimento e a verificação desta hipótese assenta num pressuposto teórico sobre a natureza do poder do Estado neste período e sobre a lógica das transformações por que passou ou não passou. Muito brevemente direi que se tem geralmente considerado que uma das características mais importantes do processo revolucionário consiste no que se designar por *dualidade de poderes*, ou seja, na coexistência de dois centros de poder diferentes, apoiados em bases sociais contraditórias e apontando para formas de Estado também diferentes. Assim Lenine considerou que a dualidade dos poderes entre os Sovietes e o Governo entre Fevereiro e Outubro foi a característica mais específica da revolução russa. Trotsky expandiu o conceito de dualidade de poderes e converteu-o numa característica geral de todas as revoluções, mesmo das revoluções burguesas.

Em minha opinião, apesar de Portugal ter sido nesse período um dos países mais livres do mundo - tal como Lenine dizia da Rússia no período da revolução - não houve uma situação de dualidade de poderes. Por razões que não posso desenvolver aqui, mas que têm a ver com a própria natureza do processo político que desencadeou a crise revolucionária, a situação foi antes a de *dualidade de impotências*, ou seja, nem poder burguês nem poder operário. Esta dualidade de impotências em termos da natureza de classe do poder político teve dois componentes fundamentais. Em primeiro lugar, uma dualidade institucional no interior do próprio Estado; não, portanto, uma dualidade entre o Estado e algo fora dele mas antes um *estado dual*. Em segundo lugar, uma paralisia selectiva mas muito importante das funções administrativas do Estado.

A emergência do Estado dual ficou simbolizada logo nos primeiros dias da revolução pela contradição entre a hierarquia do comando e o comando revolucionário dos capitães, entre a Junta de Salvação Nacional e a Comissão Coordenadora do Programa do MFA. Esta dualidade estendeu-se em breve a todos os sectores do Estado, ainda que de formas e com objectivos diferentes. Mas em geral o padrão foi o seguinte: dada a resistência passiva ou activa da administração pública tradicional, ou seja, do núcleo central da burocracia estatal, perante as novas condições e dada a sua incapacidade para dar resposta às novas solicitações e aos novos problemas sociais com que era confrontada, verificou-se em quase todos os aparelhos do Estado a criação de instituições paralelas, menos burocráticas e sobretudo, preenchidas com funcionários activamente identificados com a revolução. A essas novas instituições foi cometida a tarefa de articularem a adaptação do Estado às novas condições e, portanto, de encontrarem respostas institucionais e administrativas para a explosão social já em movimento. Entre muitos outros exemplos, no Ministério da Habitação enxertou-se o SAAL no FFH e no Ministério da Agricultura criou-se o IRA e nele se foram enxertando os CRRAs e o SADA.

Em todo este processo a burocracia tradicional do Estado não foi transformada - houve saneamentos, muitas vezes oportunistas, e sempre de pessoas que não de processos de decisão - foi apenas suspensa, paralisada e de algum modo mantida de reserva à espera de condições mais afeitas à sua reactivação. Foram as novas instituições que se propuseram articular o Estado com o movimento popular.

Foi, pois, no contexto de um Estado dual e de uma paralisia quase total do núcleo central da administração pública que a relação entre o MFA e o movimento popular teve lugar. São quatro as dimensões principais, dessa relação:

- a ratificação popular do golpe militar;
- a resolução de problemas concretos das classes populares no meio rural e urbano;
- as campanhas de dinamização cultural;
- a tentativa de desenvolver uma nova forma política de Estado capaz de articular e institucionalizar de modo coerente a Relação entre o povo e o MF A.

Há algo de sequência temporal nestas, quatro dimensões. Apesar de todas estarem presentes de uma outra forma nas várias fases da revolução, cada uma delas tendeu a ser dominante em fases diferentes.

A primeira dimensão (ratificação popular do golpe popular) surgiu logo no dia 25 de Abril quando a população de Lisboa abraçou os soldados da revolta. Foi este um factor político importante, que depois alastrou ao país. Todos participámos dele pelo que não me detenho em analisá-lo.

Quanto à segunda dimensão (resolução dos problemas concretos das classes populares), é sabido que, logo depois do 25 de Abril, os homens do MFA foram literalmente invadidos por pedidos, queixas, comissões, delegações, problemas em fábricas, bairros, escolas, prisões, repartições do Estado. Era a explosão social. Teoricamente todos estes problemas poderiam ser devolvidos para os canais adequados à sua resolução: o Governo e a administração pública. Mas a tanto obstou a paralisia administrativa a que fiz referência. E gradualmente o MF A foi assumido a responsabilidade pelas reivindicações sociais emergindo do movimento popular

Deverá aqui salientar-se a acção do COPCON sobretudo no domínio da habitação e no da ocupação de casa. Muito se tem escrito sobre o COPCON, mas omite-se quase sempre a riqueza dos processos de mediação e de negociação social que ele protagonizou. Fê-lo, ao contrário do que se tem dito, segundo uma lógica coerente na medida em que a evolução dos seus padrões de actuação é o espelho da própria trajectória da revolução. Começou por ser uma intervenção com base em mecanismos *ad-hoc* e dentro do quadro legal existente. Passou depois a uma intervenção de confrontação com esse quadro mas, mesmo neste caso, procurou sempre criar um novo enquadramento legislativo que consolidasse, legitimasse e ordenasse as conquistas do movimento popular. Neste campo é notável o projecto de lei elaborado pelo COPCON sobre a ocupação de casas. E mais notável ainda é a discrepância entre ele e a lei de ocupações de Abril de 1975, uma discrepância que, em si, exemplifica bem a natureza do Estado dual a que fiz referência. Assim, enquanto o projecto do COPCON (que era o braço armado do Estado), fazia assentar a intervenção estatal nas comissões de moradores, a lei do Governo provisório, eliminou toda e qualquer referência a essas comissões. O que é importante reter é que é verdadeiramente através da solução de problemas concretos que o MFA se transforma em imaginário social de libertação, no centro de um universo simbólico de luta contra a miséria e a injustiça.

De algum modo, esta expansão simbólica foi o objectivo explícito da terceira dimensão a que fiz referência: as campanhas de dinamização cultural. Esta foi considerada uma dimensão fundamental da articulação povo/MF A e, à partida, os militares tinham capacidade técnica para a levar a cabo, dado o treino em acção psico-social a que tinham sido submetidos na guerra colonial. Apesar disto, esta dimensão foi sem dúvida a que teve menos êxito. Por

um lado, deu-se pouca atenção à dimensão cultural das carências materiais; por outro lado, e acima de tudo, imperou o controlo partidário sobretudo por parte do PCP e o afunilamento ideológico. No entanto, mesmo aqui é difícil de generalizar sem riscos. Há que estudar caso a caso. Por exemplo, em Coimbra, e para me socorrer de uma experiência pessoal (na minha qualidade de representante da Universidade de Coimbra na articulação Universidade/Região Militar Centro, cargo para que fui designado pelo Reitor, Prof. Doutor J. J. Teixeira Ribeiro) foi possível fazer levantamentos de problemas nas zonas rurais da Zona Centro e sobretudo aprofundar a consciência das carências sociais num processo de educação cívica recíproca desprovido de agressões ideológicas.

A quarta dimensão é talvez a mais complexa: a proposta de criação de um novo modelo de Estado em que a articulação entre o movimento popular e o MFA fosse institucionalizado. Resultou de vários factores: a necessidade de vigiar o carácter anarquista e por vezes não democrático de algumas organizações populares de base; o agravamento das lutas sociais e ausência de uma direcção política firme; as clivagens no seio do MFA e a luta pelo controlo de uma forma política em que a participação popular fosse articulada à luz da vocação supra-partidária do MFA.

Esta tentativa de converter o MFA num intermediário entre os partidos e as massas populares atingiu o clímax em 8 de Julho de 1975 com o Documento-Guia da Aliança Povo/MFA. É um documento importante quando se compara com documentos revolucionários com objectivos semelhantes noutras revoluções. A participação popular na vida do Estado é construída a partir da base, de modo coerente e global. Por outro lado, as Forças Armadas são radicalmente reestruturadas de modo a incorporar essa participação. No entanto, este documento foi um nado-morto. Quando se institucionalizou a aliança Povo/MFA o povo já lá não estava. O povo já não era as classes populares com problemas concretos. Eram os C. D. R. do PCP e os C. R. T. S. M. do PRP-BR. Eram projectos partidários que se digladiavam em lutas ideológicas tão virulentas quanto estéreis. A proposta que foi adoptada era a menos sectária mas mesmo essa trazia a marca da organização partidária que a hegemonizara (o MES). Aliás, o MFA, o outro lado da aliança, também já lá não estava, na medida em que o documento em nada reflectia a correlação de forças dentro da ala progressiva das forças armadas.

A democracia directa condenava-se à inanição. Significa isto que a partir de então a democracia representativa seria a única alternativa? Penso que não, e que as propostas mais inovadoras, ao tempo muito vilipendiadas dado o sectarismo da comunicação social, foram as que tentavam elaborar um modelo político em que se combinavam a democracia directa e a democracia representativa: uma terceira via entre o modelo representativo social-democrático e o modelo soviético. Esta teria sido, em meu entender, a contribuição mais original da revolução portuguesa para o património universal da transformação socialista. São conhecidas as negociações sérias neste sentido entre o Grupo dos Nove e Otelo. À primeira vista, essa seria uma forma política adequada às condições estruturais da formação social portuguesa e às condições criadas pelo próprio processo revolucionário. Por um lado, o universo simbólico de libertação à volta da democracia representativa depois de 50 anos de fascismo, reforçado pelo peso da pequena burguesia na sociedade portuguesa e o seu apego às liberdades cívicas e políticas. Por outro lado, a necessidade de dar coerência e globalidade à participação popular numa sociedade que, dadas as suas assimetrias, poderia facilmente conduzir ao desencanto e à indiferença das classes populares perante o jogo político da democracia representativa cheio de pequenas rotinas e corrupções, de deseconomias e de ineficiências. Enquanto a intervenção mitigada da democracia directa fortaleceria o tecido democrático da sociedade portuguesa, a democracia representativa constituiria a melhor defesa contra a vertigem insurreccionalista de algumas forças políticas organizadas.

São conhecidas as negociações em fins de Agosto de 1975 e o seu falhanço. Perante esse falhanço, só havia duas saídas para as forças progressivas do MFA: ou fortaleceremos a democracia directa sem democracia representativa, arriscando a guerra civil e constituindo-se em vanguarda política para mais cedo ou mais tarde serem instrumentalizados numa concepção leninista de partido; ou, pelo contrário, apoiarem-se numa concepção social democrática que hostilizava frontalmente a democracia directa e visava a reconstituição do poder capitalista, o que mais tarde ou mais cedo conduziria à marginalização do MFA. Independentemente das posições políticas de cada um, é importante reconhecer que as Forças Armadas portuguesas daquele período preferiram a marginalização à instrumentalização. E mais importante ainda é que isto se aplica tanto ao Grupo dos Nove como a Otelo, ainda que não ao COPCON no seu todo. E no caso do Otelo, o significado é muito especial porque pagou com prisão a sua opção.

Hoje, dez anos depois, é preocupante observar que a democracia representativa não conseguiu ainda reconstituir um Estado capitalista hegemónico e assenta numa amálgama precária e incoerente de consensos interclassistas em que se combinam lógicas de consertação herdadas do regime salazarista-marcelista com outras, aparentemente contraditórias, próprias do regime pós-revolucionário. Por outro lado, é igualmente preocupante observar que a distância das classes populares em relação ao jogo político democrático aumenta à medida que os mecanismos de repressão e de exclusão se sobrepõem aos mecanismos de socialização e de integração na resposta do Estado às reivindicações populares. Por outras palavras, os limites de legitimação do regime político perfilam-se no horizonte.